

Os transportes e a mobilidade urbana em Brasília

» ALDO PAVIANI

Geógrafo, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Muito já se debateu a respeito de como cada um vai de um lugar a outro em sua cidade e como o faz ao longo dos dias, meses e anos. As pessoas, de modo geral (e em número de usuários), utilizam o transporte público. No caso de Brasília, as pessoas se deslocam de casa ao trabalho, e vice-versa, nos ônibus e metrô em circulação. Um número grande de trabalhadores utiliza o automóvel, quando o tem, por ser do tipo “de porta a porta”, com poupança de tempo e energia pessoal.

Temos insistido na tese de que “todos deveriam trabalhar próximo à residência”. Todavia, a estruturação das metrópoles se fez no modelo radial: periferia-centro, o que acaba gerando enormes congestionamentos nas primeiras horas da manhã e em sentido contrário ao entardecer. Esse é o modelo existente em nossas metrópoles e na totalidade nos outros continentes. No caso dos trabalhadores, braçais ou não, devem comparar os custos para os deslocamentos nas cidades em que residem. É isso que determina o horário de se preparar para as atividades cotidianas.

Muitos gostariam de ter disponível um lugar de trabalho para ir de trem e retornar ao fim do dia. Quando não é possível, se submetem ao pouco espaço existente nos ônibus, superlotados nos horários de pico pela manhã e ao fim da tarde, pois não há um modelo de alternância de horários para o início das atividades no comércio, nos serviços e nas indústrias. Propugnei em seminário do Senado Federal, em 1974, que se organizasse o começo das atividades de forma escalonada para ter um contínuo uso dos transportes públicos, fugindo dos horários de pico e do congestionamento de veículos nesses horários. Mas se constata que isso aguarda implementação.

Por isso, sendo Brasília a terceira metrópole do país, segundo o IBGE, temos que adequar a cidade a uma estrutura viária condizente com essa posição.

As demais metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, instituíram, há décadas, ramais ferroviários suburbanos, o que facilita o deslocamento de todos os que desejam se locomover na respectiva cidade. Brasília ainda não implantou trilhos com a quilometragem necessária para facilitar os deslocamentos de trabalhadores, funcionários e pessoas que desejam buscar algum serviço ou exercer atividades no núcleo central ou em outras regiões administrativas mais equipadas, como Taguatinga, Gama, Sobradinho e outras.

A capital federal ainda é cidade jovem, em relação às demais capitais estaduais — centenárias —, mas, em algum momento, deverá implantar a ferrovia necessária para retirar milhares de veículos que circulam no vai e vem das mais de três dezenas de regiões administrativas existentes no DF. Brasília detém uma disseminação de núcleos urbanos num território de apenas 5.800km², o que é mais um fator para a superada quilometragem de rodovias, mesmo duplicadas, acabar não facilitando ou resolvendo a mobilidade populacional no dia a dia.

A circulação mais fluida de pessoas e de cargas/mercadorias será importante na medida em que, no aspecto da mobilidade intraurbana, Brasília é similar a qualquer uma das grandes cidades brasileiras.

Constata-se que, em ruas e avenidas, há tráfego intenso, demorado ou congestionado em direção ao Plano Piloto todos os dias. O núcleo central é quase “cidade completa”, no dizer do geógrafo e professor Milton Santos, pois detém os principais equipamentos e serviços para atender qualquer demanda da população, instituição privada ou pública.

Mesmo não sendo como as cidades antigas, Brasília desfruta ou tende a usufruir de serviços e postos de trabalho do terciário superior ou quaternário, tal como são os tribunais superiores, o Congresso Nacional e aquartelamentos das três armas — Marinha, Aeronáutica e Exército —, tal como consta dos planos e programas que a conceberam há mais de 60 anos.

Portanto, a capital federal possui todos os requisitos para ter os meios físicos de mobilidade urbana necessários para seus quase 3 milhões de habitantes. Nesses, não se contam os mais de 1 milhão de pessoas de sua periferia metropolitana, situada nos 12 municípios goianos contíguos ao DF. Ao longo do tempo, no passado, essa população periférica poderia ter morado na capital, mas o valor dos imóveis — alto preço dos terrenos e alugueis elevados — fez com que houvesse migrações contínuas para além dos limites do DF, e sempre obedecendo o padrão de mobilidade das demais metrópoles brasileiras. Para mudar essa mobilidade, somente será possível se houver descentralização de atividades que não necessitem estar no núcleo central, o Plano Piloto de Brasília.



Perspectivas fiscais

» BENITO SALOMÃO

Doutor em economia pelo PPGE-UFU

A política fiscal brasileira, após a aprovação do Novo Arca-bouço Fiscal (NAF) pelo Congresso Nacional, tem sido questionada sobre a viabilidade do déficit primário zero. Pelo que se lê pela imprensa, a ala técnica do governo defende que, após mais de uma década de desequilíbrios fiscais crônicos e que impuseram um elevado custo social ao país, o déficit primário seja zerado em 2024.

Mas, nas democracias, as recomendações técnicas são subordinadas às decisões políticas que têm sua lógica e seus interesses próprios. Em 27 de outubro, o presidente da República se pronunciou sobre o tema dizendo que não sacrificará programas prioritários do governo em nome do equilíbrio fiscal. Mais do que isso, relativizou dizendo que um déficit de 0,25% ou 0,5% do PIB não “significa nada”. Com essa fala, Lula põe em xeque a credibilidade da regra fiscal que o seu governo propôs e aprovou meses atrás.

Como se sabe, o NAF trouxe uma inovação em relação ao antigo regime de metas primárias em curso no país desde 1999, trata-se da possibilidade de a meta primária flutuar entre bandas de 0,25% do PIB. Portanto, pelo texto aprovado, ainda que a meta primária prevista na LOA seja de 0% do PIB, o resultado realizado permite um déficit de 0,25%. Durante os meses em que o NAF estava sendo debatido antes de sua aprovação, alertei em inúmeros artigos sobre o risco de uma regra com esse grau de flexibilidade produzir o incentivo para que o limite inferior do NAF se tornasse uma espécie de meta implícita, sobretudo em um país cuja elite política é ávida por despesas públicas. A fala infeliz do presidente somado a um Congresso ávido por despesas dão pistas nessa direção.

Mas se o déficit de 0,25% está contemplado no texto da regra, qual é o problema que o resultado primário convirja para isso em 2024? Em primeiro lugar, há um custo reputacional para a política fiscal. Se os agentes do setor privado entenderem que o limite inferior é o “alvo implícito” para onde o governo levará a política fiscal, isso será, de alguma forma, absorvido em preços financeiros como o câmbio e os juros futuros. Convém salientar que esses juros futuros compõem, em parte, o custo de rolagem da dívida pública de forma que, quando eles sobem, produzem impactos sobre o déficit nominal — soma do resultado primário mais os gastos financeiros — juros e amortizações — do Tesouro —, podendo colocar a política fiscal brasileira em uma trajetória insustentável.

Mas esse não é o único problema. A política fiscal no Brasil não passa por um bom momento. Os dados recentes mostram uma relativa estabilidade de agregados fiscais, como o superávit primário de 1,27% do PIB de 2022 e o da Dívida Bruta de 74% do PIB, relativamente baixos para os padrões da última década, escondem nuances. Destaca-se o fato de que, desde 2021, o PIB brasileiro tem surpreendido positivamente e crescido acima das projeções do mercado e do próprio governo. Tal crescimento tem alguns aspectos cíclicos que produzem efeitos multiplicadores sobre a arrecadação, levando à recente melhora nos dados. Mas isso não se sustenta.

Pelo lado do gasto, o governo tem ocupado o supracitado espaço orçamentário aberto por expansões discricionárias das receitas com despesas que tendem a se tornar permanentes no fluxo de caixa do governo. O risco embutido nesse padrão de política fiscal que mantém elevada a trajetória dos gastos obrigatórios é que a arrecadação é endógena, ou seja, flutua a depender de outras variáveis macroeconômicas de forma que esse acréscimo de receitas pode se mostrar temporário a posteriori.

Em resumo, o governo utiliza uma folga temporária de receitas públicas para manter o pagamento de despesas permanentes no orçamento. Quando o ciclo econômico se reverter — como, aliás, há sinais de esgotamento do padrão de crescimento observado pós-pandemia —, as receitas deverão parar de surpreender positivamente, e o cobertor do orçamento voltará a ficar curto. Seria importante que o governo evitasse esse tipo de cenário aproveitando essa fase expansiva do ciclo econômico para criar as condições de uma melhora fiscal robusta. Isto é, aproveitar o momento para fazer cair a relação dívida/PIB, visando guardar os instrumentos fiscais para fazer amortecimento aos próximos choques que surgirão.

O novíssimo ensino médio e os velhos problemas

» JOSÉ CLÁUDIO SECURATO

Doutor pela FEA/USP, presidente da Saint Paul Escola de Negócios e cofundador da EdTech LIT Escola

O novíssimo ensino médio não endereça as raízes dos problemas da educação dos adolescentes do Brasil: estrutura física adequada, conectividade nas escolas, professores capacitados, alunos engajados para usar o ensino médio como trampolim para seus sonhos no mercado de trabalho e, finalmente, uma política de Estado de longo prazo para a educação, garantindo foco e recursos.

Estrutura física adequada. A estrutura física deveria incentivar o aprendizado e o convívio dos alunos, professores, pais, gestores e da comunidade. Deveríamos ter um ambiente que traga alegria e prazer de ser frequentado, fazendo os alunos quererem permanecer na escola, ampliar suas atividades e conviver com a comunidade para o aprendizado, esportes, artes e troca de experiências. Isso a reforma do novíssimo ensino médio não endereça.

Conectividade nas escolas. Assim como o Iluminismo marca uma mudança de era na humanidade por trazer a razão como contraponto ao divino, a internet provoca uma nova mudança de era (Iluminismo inaugura os tempos modernos; a internet inaugura os tempos pós-modernos). E não é à toa que a internet é tão importante. Conectar as escolas com banda larga e equipamentos significa abrir as portas do mundo para pesquisa, leituras, diferentes culturas, outras visões e complementa os saberes dos docentes

e a experiência dos alunos. Isso a reforma do novíssimo ensino médio não endereça.

Professores capacitados. O Brasil não tem professores capacitados para o ensino médio. Ponto. O percentual de professores que ministram aulas de disciplinas que não são formados e não tem conhecimento chega até a 70% em alguns estados. Ou seja, se mal conseguimos ter mestres para ensinar português e matemática para todos os alunos do médio, como ensinaremos química, física e biologia, história, geografia e, agora, espanhol? Continuaremos sem ensinar. Isso a reforma do novíssimo ensino médio não endereça.

O ensino médio deveria desaguar os alunos no mercado de trabalho preparados para serem capacitados em áreas específicas. Mas existe um desafio social gigante para a maioria das famílias brasileiras: focar no ensino médio ou em trabalhar e ajudar com as despesas da casa? Hoje, não é suficiente a hipótese de que as pessoas formadas no ensino médio tenham renda média maior do que os que não concluíram o médio para conseguir fazer as famílias optarem pelo estudo versus o trabalho precoce. Por isso, precisamos criar uma escola capaz de engajar os alunos para usar o ensino médio como trampolim para seus sonhos no mercado de trabalho. O resultado de um ensino médio de qualidade e seus resultados positivos no mercado de trabalho devem eliminar, para a maioria das famílias, a tentação de

focar no trabalho e não na escola. Isso a reforma do novíssimo ensino médio não endereça.

Por fim, o Brasil precisa de uma política de Estado para a educação. Uma política educacional suprapartidária e supragovernamental. Um arranjo entre poderes Executivo e Legislativo para tratar da educação em período superior ao de suas legislaturas. Um pacto que inclua os estados (no caso do ensino médio) e os municípios (no caso do ensino fundamental). Uma política que não só garanta um percentual mínimo de recursos do orçamento, mas que a aplicação desse recurso tenha destino prévio, de longo prazo. Isso a reforma do novíssimo ensino médio não endereça.

Esse é o ponto mais relevante. Afinal, somente teremos estrutura física adequada ao aprendizado, escolas conectadas e equipadas, professores capacitados, alunos engajados para usar o ensino médio como trampolim para seus sonhos no mercado de trabalho, se, e somente se, houver uma política de Estado de longo prazo para a educação, garantindo foco e recursos.

É válida a discussão de um novíssimo currículo para o ensino médio. Certamente é, mas há alguns anos, quando o “novo” ensino médio foi aprovado, vimos a dificuldade de implementação na prática. Agora, com o novíssimo ensino médio, veremos as mesmas dificuldades, as mesmas desculpas e mais uma geração de jovens perdidos.